-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, para a categoria de técnica superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400.

11 de Janeiro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva.*

3000224615

CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO

Aviso n.º 2273/2007

Por meu despacho de 15 de Janeiro de 2007, e após cumpridos os requisitos previstos no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, decido reclassificar Lúcia Maria Picoito Rolão Inácio na categoria de técnica de 2.ª classe, índice 295, escalão 1.

A aceitação do lugar far-se-á no prazo de 20 dias contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

18 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Fernandes Leal.*

3000224673

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

Aviso n.º 2274/2007

Concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de técnico superior assessor (médico veterinário) — nomeação

Faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima de 18 de Dezembro de 2006, foi nomeado para a categoria de técnico superior assessor (médico veterinário) o candidato classificado no concurso aberto por aviso de 13 de Novembro de 2006 e afixado no *placard* da Secção de Pessoal em 17 de Novembro de 2006, a saber, Carlos Jorge Pires, o qual deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.* (Isento de visto do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

18 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Daniel Campelo.*

1000309506

CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM

Aviso (extracto) n.º 2275/2007

Por despacho do presidente de 15 de Janeiro de 2007, foi reclassificado profissionalmente, por se constatar as situações previstas no artigo 2.º, alíneas *e*) e *d*), do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, o funcionário José Manuel Gomes Soares Pessoa, da categoria de chefe de secção para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, carreira de técnico superior.

O prazo para a aceitação é de 20 dias contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República.* (Excluído de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Janeiro de 2007. — A Chefe de Divisão Administrativa, *Isolina Mendes.*

1000310265

CÂMARA MUNICIPAL DE SEIA

Aviso n.º 2276/2007

Transferência

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 3 de Janeiro de 2007 e ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, aceitei a transferência da funcionária Maria Fernanda Ferreira de Castro Freitas, técnica superior assessora principal do quadro da Comissão de Coordenação Regional do Centro para o quadro de pessoal desta autarquia.

3 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Eduardo Mendes de Brito.*

3000223903

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Aviso (extracto) n.º 2277/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, nos termos do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, foram nomeados, precedendo concurso, por meu despacho de 15 de Janeiro do corrente ano, para a categoria de auxiliar de serviços gerais, do grupo de pessoal auxiliar, os candidatos graduados em 1.º, 2.º, 3.º 4.º e 5.º lugares no referido concurso, aberto por publicação no *Diário da República,* 3.ª série, n.º 106, de 2 de Junho, e no *Jornal de Notícias,* n.º 4, de 5 de Junho, ambos do ano de 2005, cuja lista de classificação final foi publicitada nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Maria Celeste Peixe da Silva de Castro, Carlos Filipe Gomes Martins, Carla Alberta Martins Manso, Pedro Filipe Bezerra da Cunha Vieira e Orlando Amorim Pereira. As presentes nomeações são por urgente conveniência de serviço, com efeitos ao dia 1 de Fevereiro de 2007, nos termos do n.º 3 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

Os lugares agora ocupados foram criados no quadro de pessoal desta Câmara Municipal, aprovado pela Assembleia Municipal em 18 de Junho de 2003, mediante proposta da Câmara Municipal de 4 de Junho de 2003, conforme publicação no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 178, apêndice n.º 117, de 4 de Agosto de 2003.

Os nomeados ficam posicionados no escalão 1, índice 128, a que corresponde o montante de € 412,06, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, em conjugação com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março, e pela Portaria n.º 229/2006, de 10 de Março. (Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

18 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura.*

1000310094

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Aviso n.º 2278/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 16 de Janeiro de 2007, nomeio por transferência, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007, e de acordo com o disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, a assistente administrativa principal Maria Emília da Cruz Ferrão Bessa, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, GAT do Vale do Minho.

25 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Vaz Carpinteira.*

1000310266

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso n.º 2279/2007

Processo n.º 01/07

1 — Para os devidos efeitos, faz-se público que, por despacho de 18 de Janeiro de 2007, do vereador da área, por delegação de competências, está aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, concurso interno de acesso geral para um lugar de técnico profissional de construção civil especialista principal do quadro do pessoal desta autarquia.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar posto a concurso.

3 — Local de prestação de trabalho — o local de trabalho abrangerá a área do concelho de Vila Nova de Gaia.

4 — Serviço — aquele onde o funcionário está a exercer funções.

5 — Legislação aplicável — a este concurso aplicam-se as disposições dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 27 de Junho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

O ordenamento final dos candidatos será feito através da aplicação da fórmula que se segue, traduzida na escala de 0 a 20 valores:

$$CF=\frac{AC + EPS}{2}$$

sendo:

CF = classificação final;
AC = avaliação curricular;
EPS = entrevista profissional de selecção.

Avaliação curricular — visa avaliar as aptidões dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, em cujo âmbito serão considerados e ponderados os factores a seguir enunciados pela seguinte forma:

$$AC = \frac{(2 \times CS) + (2 \times HL) + (1{,}5 \times EP) + (0{,}5 \times FP)}{6}$$

sendo:

AC = avaliação curricular;
CS = classificação de serviço;
HL = habilitações literárias;
EP = experiência profissional;
FP = formação profissional.

a) Classificação de serviço — será efectuada a média da classificação dos anos relevantes para o efeito, efectuando-se a correspondência dessa média para a escala de 0 a 20 valores, como segue:

10 pontos — 20 valores;
9 pontos — x valores.

b) Habilitações literárias:

Mínima exigida — 19 valores;
Habilitações de grau superior — 20 valores.

c) Experiência profissional — a determinação da experiência profissional será efectuada de acordo com a fórmula seguinte:

$$EP = \frac{(a \times 0{,}5) + (b \times 0{,}4) + (c \times 0{,}3)}{3}$$

d) Formação profissional — para determinação da formação profissional serão avaliados os cursos que, pela sua natureza técnica, acrescem à habilitação base ou outras acções de formação profissional, com ou sem avaliação, em que o concorrente tenha participado como formando ou formador e que estejam ligados com a área funcional do lugar a prover, devidamente comprovados, desde a data em que ocorreu a última promoção.

Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos em função das exigências do cargo a desempenhar, tem a duração de quinze minutos, sendo comunicado aos candidatos em tempo útil a data, hora e local da mesma.

Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso.

7 — Formalização — o interessado deverá utilizar, sob pena de exclusão, requerimento tipo, a obter na Divisão Municipal de Gestão de Pessoal, ou através do *site* www.cm-gaia.pt, no qual deverá constar o nome do candidato, estado civil, naturalidade (freguesia e concelho), residência (rua e número, código postal e localidade), número de telefone, data de nascimento, filiação, habilitações literárias, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, referência ao concurso a que se candidata e declaração em alíneas separadas e sob compromisso de honra da situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das alíneas do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e assinatura.

Os candidatos deverão especificar no requerimento quaisquer circunstâncias que considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, as quais, todavia, só serão tidas em consideração pelo júri se devidamente comprovadas.

Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae*, devidamente comprovado;
b) Bilhete de identidade e cartão de contribuinte;
c) Documento comprovativo das habilitações literárias;
d) Declaração, passada e autenticada pelo organismo a que se encontra vinculado, donde conste a natureza do vínculo, a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço dos últimos três anos.

Os funcionários pertencentes a estes serviços estão dispensados da apresentação dos documentos atrás referidos nas alíneas *b*), *c*) e *d*).

8 — Os requerimentos de admissão ao concurso podem ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, endereçados à Divisão Municipal de Gestão de Pessoal da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Avenida da República, 4430 Vila Nova de Gaia. Consideram-se entregues dentro do prazo os requerimentos cujo aviso de recepção tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação.

9 — A relação de candidatos e lista de classificação será afixada para consulta na vitrina do corredor de acesso à Divisão Municipal de Gestão de Pessoal.

10 — Da exclusão do concurso cabe recurso hierárquico, a interpor no prazo de oito dias úteis para o presidente desta Câmara Municipal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

11 — Dando cumprimento ao despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra da Igualdade, declara-se que, em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — O júri deste concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Vereador Dr. Mário Rui Figueira de Campos Fontemanha.

Vogais efectivos:

Chefe da Divisão Municipal de Fiscalização, em regime de substituição, Dr. José António Dias Figueiredo, que substituirá o presidente de júri nas suas faltas e impedimentos.

Engenheiro civil de 2.ª classe José Carlos Guedes Vieira Sousa.

Vogais suplentes:

Chefe da Divisão Municipal de Gestão de Pessoal, Dr.ª Maria Alexandra Vilar Pinheiro Pimenta Ribeiro.

Chefe da Secção de Recrutamento e Selecção, Maria da Conceição Mendes dos Santos Carvalho.

19 de Janeiro de 2007. — O Director Municipal de Administração Geral, por subdelegação de competências, *A. Carlos Sousa Pinto.*

3000224636

Aviso n.º 2280/2007

Concurso interno de acesso geral para dois lugares de calceteiro principal — nomeação

Torna-se público que, por meu despacho de 19 de Janeiro de 2007, no uso das competências que me foram subdelegadas, nomeio no cargo de calceteiro principal José Manuel da Silva Tavares, António José Soares da Silva, António Correia da Silva e Pedro Manuel Santos Lemos, classificados em 1.º, 2.º, 3.º e 4.º lugares, respectivamente, no concurso supramencionado.

Os interessados deverão aceitar o cargo no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República.*

19 de Janeiro de 2007. — O Director Municipal de Administração Geral, por subdelegação de competências, *A. Carlos Sousa Pinto.*

3000224634

Aviso n.º 2281/2007

Abertura de concurso interno de acesso geral para dois lugares de técnico superior jurista assessor principal — Processo n.º 02/07

1 — Para os devidos efeitos, faz-se público que, por despacho de 18 de Janeiro de 2007 do vereador da área, por delegação de competências, está aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, concurso interno de acesso geral para dois lugares de técnico superior jurista assessor principal do quadro de pessoal desta autarquia.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar posto a concurso.

3 — Local de prestação de trabalho — o local de trabalho abrangerá a área do concelho de Vila Nova de Gaia.

4 — Serviço — aquele onde o funcionário está a exercer funções.

5 — Legislação aplicável — a este concurso aplicam-se as disposições dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 27 de Junho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.